

TRANSFORMAÇÕES NO/DO ESPAÇO URBANO E A DINÂMICA DA PRODUÇÃO DE UM ESPAÇO PÚBLICO: UM ENSAIO SOBRE O PARQUE DO POVO EM PRESIDENTE PRUDENTE - SPⁱ

Transformations in the urban space and the dynamics of the production of a public space: an essay on the Parque do Povo in Presidente Prudente - SP

Transformacion nel/del espacio urbano y la dinamica de produccion de un espacio publico: un ensaio sobre el Parque do Povo en Presidente Prudente - SP

Carlos Alexandre Bortoloⁱⁱ
Universidade Estadual de Maringá

Resumo

O presente estudo tem o anseio de colaborar para o debate sobre as articulações entre o processo de produção e a implantação do espaço público do Parque do Povo que se localiza na cidade de Presidente Prudente - SP. Pretendeu-se por meio da análise em materiais e projetos, compreender e refletir o papel de alguns agentes produtores do espaço urbano no processo de reprodução espacial e também, buscou-se observar a partir de análise das inúmeras práticas socioespaciais existentes, as principais formas de produção e implantação de um espaço público, para a compreensão acerca desse espaço e seu papel na cidade em questão. São questões pertinentes no trabalho: as diversas formas de produção do espaço público pelos agentes produtores do espaço urbano; a compreensão e uma discussão acerca da atual situação do espaço público e seus diferentes significados na sociedade contemporânea; o consumo no/do espaço público do Parque do Povo; e as possíveis especificidades encontradas no processo atual de produção de um espaço público no caminhar da vida cotidiana.

Palavras-chave: produção do espaço urbano; espaço público; Estado, Parque do Povo; Presidente Prudente - SP.

Abstract

The present study it has the yearning to collaborate for the debate on the joints between the process of production and the implantation of the public space of the Parque do Povo whom if it locates in the city of Presidente Prudente - SP. It was intended by means of the analysis in materials and projects, understand and reflect the paper of some agents producing urban space in the process of space reproduction and, also aimed to observe from the analysis of several existing sociospatial practices, the main forms of production and deployment of a public space, for the understanding concerning this space and its paper in the city in question. They are pertinent questions in the work: the diverse forms of production of the public space by producing agents of the urban space; the understanding and a quarrel concerning the current situation of the public space and its different meanings in the society contemporary; the consumption in / the public space of the Parque do Povo; and the specifics found in the current process of producing a public space in the walk of daily life.

Keywords: production of the urban space; public space; State; Parque do Povo; Presidente Prudente - SP.

Resumen

El presente estudio tiene el deseo de colaborar para el debate acerca de las articulaciones entre el proceso de producción y la implantación del espacio publico del Parque do Povo que si encuentra en la ciudad de Presidente Prudente - SP. Se predendio por medio de la analise em materiales y proyotos, comprender e reflejir el papiel de algunos agentes produtores del espacio urbano nel proceso de reproduccion espacial y tambien, se busco mirar a partir del analise de las grandes praticas socioespaciales existentes, las principales formas de produccion y implantacion de un espacio publico, para el entedimiento acerca de ese espacio y su papiel en la ciudad en question. Son questiones muy pertinentes nel trabajo: las diversas formas de produccion del espacio publico por los agentes produtores del espacio urbano; lo entendimiento y una discusion acerca de la actual situacion del espacio publico y sus diferentes significados en la sociedad contemporanea; el consumo nel/del espacio publico del Parque do Povo; y las posibles cosas especificas encontradas nel proceso actual de produccion de un espacio publico no caminar de la vida cotidiana.

Palabras clave: produccion del espacio urbano; espacio publico; Estado; Parque do Povo; Presidente Prudente - SP.

INTRODUÇÃO

Propusemos, por meio deste estudo, analisar as práticas de implantação e produção socioespaciais que orientam o estabelecimento das relações entre o espaço público e o espaço privado na busca de melhor entender a produção do espaço urbano no Parque do Povo e atentar para a relação entre coletivo e individual neste espaço público.

O Parque do Povo se localiza em Presidente Prudente - SP, por isso, consideramos relevante apresentar determinadas características e algumas questões históricas.

Tal cidade, localiza-se no Oeste do Estado de São Paulo, a 22° 07' 04" de latitude sul e 51° 22' 57" de longitude oeste, a 560km da capital e 472m acima do nível do mar.

Dentre suas características morfológicas, cabe destacar que possui relevo formado basicamente por colinas médias, amplas, morrotes alongados e espigões e o sistema hidrológico da área urbana é composto por vários e pequenos cursos d'água formadores dos córregos do Cedro e Limoeiro, dentre eles o Córrego do Veado – que comporta, sobre seu trecho inicial, atualmente canalizado, o Parque do Povo (AMORIM, 2000).

Buscamos estudar as relações de produção que ocorrem no espaço público do Parque do Povo como reveladoras e ponto de partida para se compreender uma dinâmica de maior expressividade na cidade e no âmbito da sociedade. Para tanto, interessou-nos observar e identificar alguns dos principais agentes produtores do espaço público do Parque do Povo, sendo um deles o Estado, para que, *a posteriori*, pudessemos compreender o processo de produção desse espaço e daí pensar nas inúmeras possibilidades de

produção, implantação e o seu desenvolvimento enquanto localidade de apropriação, usos, e o consumo do Parque do Povo (FIGURA 1).

Em síntese, tomamos como recorte analítico a compreensão das relações de produção e implantação que se dão no Parque do Povo, que pode ser compreendido como expressão de um conjunto de relações sociais presente no cotidiano da sociedade atual por distintos agentes produtores do espaço urbano.

Para o desenvolvimento de nosso estudo, além das questões relacionadas à produção e a apropriação de determinadas áreas da cidade, como rapidamente foi exposto acima, consideraremos também aqui neste ensaio, a importância da dinâmica atual do processo urbano, que “redefine o par centro-periferia, a partir da constatação de que há várias centralidades e diferentes periferias em constituição” afirma (SPOSITO, 2001). Tal definição nos mostra a questão da formação de novos espaços e novas áreas que acabam por congrega, fixos e fluxos na centralidade das áreas urbanas. Estas centralidades apresentadas pela autora ocorrem em razão à intensidade dos deslocamentos e da (re) definição de diferentes fluxos para as diversas atividades e áreas citadinas, ficando evidenciada a dinâmica dos agentes que frequentam o espaço público do Parque do Povo.

Destarte, consideramos que ocorre uma relação de permanência e deslocamentos de forma contínua, ou seja, fixos e fluxos na área analisada, se pensarmos em por que os indivíduos o produzem e o utilizam. Advém daí a busca por compreender os diferentes agentes sociais urbanos e suas inúmeras

atividades possíveis que são desenvolvidas nesta área da cidade.

Também a dinâmica relacionada às ações dos agentes públicos, que tomam decisões acerca de investimentos, não devendo ser deixada de lado no estudo, o Estado o principal agente produtor e gestor destes espaços implantados na cidade contemporânea. Este tem uma importância maciça nas questões das melhorias de infraestrutura do Parque do Povo. A esse respeito, afirma Carlos (1994) “[...] poderemos observar em parques o uso diferenciado e demonstrar que o espaço se constrói e se reproduz de forma desigual e contraditória, produzindo-se de forma socializada para os consumidores” (CARLOS, 1994, p.31).

A apropriação do espaço vincula-se, também, às possibilidades socio-econômicas do indivíduo, às questões culturais e éticas. Compreendemos, ainda, que há a consolidação de determinadas práticas socioespaciais nas cidades brasileiras, que evidenciam maneiras distintas, complementares ou antagônicas de apropriação, resultantes e, ao mesmo tempo, influenciadas pelo espaço das relações de poder econômico, político, social e cultural.

Desta forma, nossa proposta neste ensaio, se pautou em analisar e refletir num primeiro momento a questão do espaço público e sua perspectiva histórica de desenvolvimento na sociedade, e conjecturar um diálogo acerca das peculiaridades do espaço público brasileiro.

Buscamos também, discutir relações entre o espaço público atual e a sua produção no espaço da cidade contemporânea, apresentando em seguida, o processo de produção e implantação do espaço público em questão, partindo assim, da observação e

análise, ou seja, da observação de dados e projetos elaborados para execução da obra, da visão e as ações do poder público municipal sobre esta área. Assim, suscitam-se questões atinentes a: produção do espaço público urbano do Parque do Povo; e o seu desdobramento no espaço urbano da cidade.

Destarte, a produção do espaço não deve ser somente entendida pela maneira como as pessoas requerem e têm acesso à determinados equipamentos e serviços públicos, mas por uma gama de fatores e ações que acabam por se materializar ou se ocultar na paisagem e no espaço urbano.

Podemos, assim, indagar: Qual seria o sentido de um espaço público como o Parque do Povo no espaço urbano na sociedade contemporânea? Quais são os sujeitos envolvidos nesse processo de produção do espaço público do Parque do Povo? Existe uma pluralidade de funções e usos ou é simplesmente um espaço monofuncional, em que ocorre a implantação e manutenção de infraestruturas pelo poder público municipal?

Para o desenvolvimento de nosso estudo, realizamos uma análise do processo de construção do Parque do Povo, apoiada, sobretudo, no resultado de pesquisas desenvolvidas sobre tal espaço¹ e dissertações que trataram desta área da cidade e/ou de políticas e obras públicas.

Considerando assim, o recorte territorial da cidade de Presidente Prudente - SP observamos e refletimos acerca dos inúmeros agentes e sujeitos sociais que contrinuíram para a produção, implantação e apropriação do espaço público do Parque do Povo. Tornando-se importante, portanto, compreender as transformações no/do espaço urbano e a dinâmica da produção do espaço público do

Parque do Povo em Presidente Prudente – SP, para com isso, compreender como se apresenta o processo de produção deste espaço público na cidade.

O ESPAÇO PÚBLICO: UMA DISCUSSÃO SOBRE O TEMA

O espaço público é parte constituinte da existência da história, da política e da vida social nas cidades. Nele é possível a interação da sociedade e, conseqüentemente, sua própria estruturação; em tal espaço, articulam-se “condições de institucionalização política e expedientes de intermediação comunicativa”. Ou seja, pode-se considerar o espaço público como um produto resultante da convergência de várias dimensões e seus problemas. Mas a situação na qual se encontram alguns espaços públicos tem sido caracterizada pela degradação, pela falta de manutenção e de políticas específicas e, conseqüentemente pelo abandono por uma parcela da sociedade.

O espaço público tem sido tema de algumas pesquisas e reflexões. Desde a História Antiga, seus papéis e, conseqüentemente, sua apreensão pela sociedade que o engendra e dele usufrui, passou por várias transformações, seu sentido deixou de ser aquele produzido pelos gregos antigos, assim como a concepção de esfera pública transformou-se. Sobarzo (2006) se posiciona contrário à suposta “morte” do espaço público e alerta para a transformação do mesmo.

Outro autor que também reflete sobre estas inúmeras transformações é Gurza Lavalle (2005, p. 1) aonde afirma que, a definição de “público” é uma “tarefa complexa que enfrenta diversas dificuldades”.

A diversidade de campos semânticos e

problemas disciplinares perpassados por ela, bem como a ambigüidade inerente as suas diferentes expressões conceituais – espaço público, esfera pública, vida pública, publicidade –, tornam especialmente difícil a apreensão dos componentes fundamentais que conferem identidades aos seus múltiplos sentidos (GURZA LAVALLE, 2005, P. 1).

Mesmo diante da ampla literatura dirigida à investigação dessas mudanças tão recentes, persistem ainda, as dificuldades de uma definição conceitual, “inexistem consensos substantivos quanto aos traços mais relevantes dessa dimensão constitutiva das sociedades modernas – o público – e às suas tendências evolutivas no longo prazo.

Segundo Gurza Lavalle (2005), os três campos semânticos apresentados na citação a seguir também sugerem que o espaço público seja pensado a partir da confluência de diferentes dimensões a englobarem

(I) *o social*, consubstanciado nas instituições civis da vida pública, na “arte da associação” ou sociedade civil, nas regras de civilidade que tornam possível o convívio social em um mundo de estranhos as grandes urbes; (II) *o político*, cristalizado no arcabouço de instituições incumbidas tanto de processar decisões vinculantes quanto de implantá-las e respaldá-las mediante imposição de penas caso seja necessário; e (III) *o comunicativo*, entendido não apenas como expressão e recepção de conteúdos, mas principalmente como construção de consensos e dissensos na percepção social do mundo (GURZA LAVALLE, 2005, p. 16).

Em seu livro, Jovchelovitch (2002), baseada em outros autores, faz um breve histórico acerca das noções de espaço público, relacionando-o sempre com seu contrário, ou

seja, o espaço e a esfera privada. Ela ressalta que, na cidade-estado grega, a vida domiciliar era sinônimo de vida privada e a vida política de domínio público, o qual era tido como fundamental, pois muitas questões cruciais sobre a vida humana exigiam escolhas que só podiam ser feitas considerando-se a negociação resultante da diversidade. Isso posto, a esfera privada, para os gregos, era derivada da pública.

Na Idade Média, não havia a distinção entre o público e o privado, pois o que se desenrolava eram relações de dominação centradas na figura do senhor feudal. Apenas no final do século XVIII é que ocorre a divisão entre público e privado: o público passa a ser o Estado e aquilo que se encontrava excluído deste aparato passou a ser entendido como privado.

Para esta autora, apesar das transformações ocorridas na relação entre as esferas pública e privada, a esfera privada continua com o mesmo sentido, contudo, com conteúdo e fronteiras diferentes. Além disso, enfatiza dois grandes momentos paradigmáticos para compreensão da noção de esfera pública: a cidade-estado grega e as transformações que ocorreram na Europa desde o século XVII até a primeira metade do século XIX (HABERMAS², 1984 apud JOVCHELOVITCH, 2002, p 46).

A ascensão da burguesia é considerada um fator determinante para se compreender as mudanças ocorridas. Com ela, uma nova noção de esfera pública emergiu, pois passou a ser formada por indivíduos privados que se reúnem para formar um público. Algumas características da sociedade capitalista – tais como a alfabetização, a imprensa livre e o estímulo à reflexão crítica, contribuíram para a

emergência desta esfera pública, que introduz a participação política e a relação entre Estado e Sociedade.

Pode-se considerar que os passeios, alamedas, avenidas, parques, nascem da necessidade da burguesia de ter um lugar para se apresentar e se encontrar consigo mesma. Borja (2006) relaciona este fato com o início do desenvolvimento de políticas de espaço público nas cidades europeias, no final do século XIX, políticas estas de embelezamento e monumentalização de partes das cidades.

Gurza Lavalle (2005, p. 9) realiza uma análise que comprova, no período compreendido entre os séculos XIV e XX, muitas acepções de “público” entraram e saíram de circulação, e que todas estavam vinculadas a três campos de significação geral, cujo sentido é definido, sempre, por oposição às significações do termo “privado”. Assim, “em se tratando de termo dicotômico por excelência, a precisão cabal do seu sentido apenas se torna possível quando a oposição com o 'privado' lhe define as fronteiras”.

Portanto, devemos buscar contextualizar e compreender as diferentes relações que permeiam as inúmeras ações presentes no desenvolvimento de espaços públicos e diferentes áreas no/do espaço urbano nacional.

No que tange falar sobre determinada temática, o caso do Brasil, há de se considerar os problemas econômicos, sociais e políticos, que interferem na constituição espacial de nossas cidades e na própria existência de espaços públicos e seu uso tímido. Jovchelovitch (2002) ressalta ainda a quase inexistência de políticas públicas destinadas à criação de “projetos urbanísticos voltados à melhoria e à criação de novos espaços públicos” e ao fato de as raras

intervenções e construções de praças e/ou parques geralmente estarem ligadas às propagandas eleitorais de candidatos.

A reflexão deve considerar, sem dúvida, a realidade da qualidade dos espaços públicos nos países da América Latina, em que fome, pobreza, violência, corrupção são símbolos da história.

Neste contexto que fora acima apresentado, tais elementos da vida cultural brasileira – carnaval, música, solidariedade no morro, resistência, mestiçagem, coletivismo, emoção – e a configuração da vida política – corrupção, vazio institucional entre família e Estado, autoritarismo, violência – mostram-se contraditórios.

Tal discussão é analisada pela Jovchelovitch (2002) cuja relação acerca das construções sócio-político-culturais no cotidiano em relação aos espaços públicos criados são vistas de forma

Ao mesmo tempo, que a vida pública fornece as condições necessárias para a história e para a permanência no sentido de que sua natureza pública permite a sobrevivência de tudo que pode ser salvo da destruição natural do tempo. O espaço público não existe para uma geração apenas e não se limita aos que vivem. Ainda que seja um espaço no qual as pessoas entram quando nascem e deixam para trás ao morrer, ele transcende o ciclo de vida de uma só geração sua imortalidade reside em sua capacidade para produzir, manter e transformar uma história preservada em artefatos e em narrativas de ações humanas. Se as pessoas estivessem sempre isoladas em seus espaços privados no mundo, nem a história, nem a vida política seriam possíveis. São os encontros que a esfera pública engendra que fornecem as condições não apenas para estabelecer as preocupações comuns do presente, mas também para

identificar o que o presente deve ao passado e quais as esperanças que nutre em relação ao futuro.

Além do mais, o espaço público é o espaço que assegura as bases da relação dialógica, já que sua realidade é plural, ou seja, depende da presença da multiplicidade contida em perspectivas diferentes. (...) A única possibilidade de coincidência em perspectivas depende do diálogo, onde a ação e o discurso podem expressar tanto as similaridades como as diferenças entre os seres humanos (JOVCHELOVITCH, 2002, p. 50).

A autora observa que a política também é fonte de desencanto, desconfiança, dada à corrupção e impunidade; bem como a lacuna entre a retórica pública e privada; a distância entre a palavra e o ato; as razões privadas sobrepondo-se às coletivas. Na mesma reflexão, a autora indica que,

(...) o que deveria ser privado torna-se público e o que deveria ser público, em larga medida, torna-se privado. (...) Que assuntos de interesse público, entretanto, se tornem um veículo para interesses privados, expressa a miséria social e simbólica de uma sociedade incapaz de pensar a si mesma em seu próprio domínio, o domínio público (JOVCHELOVITCH, 2002, p. 26-27).

Jovchelovitch (2002) menciona Martin-Baró quando este fala sobre a “síndrome fatalista” na América Latina – na qual seres humanos e objetos sociais simplesmente seguem, sem esperar qualquer mudança, observando que há um jogo complexo entre os elementos da vida cultural brasileira – carnaval, música, solidariedade no morro, resistência, mestiçagem, coletivismo, emoção – e a configuração da vida política – corrupção, vazio institucional entre família e estado,

autoritarismo, violência - complexidade e contradição que desafia a relação entre representação e real.

A autora lembra que o debate sobre a esfera pública não se dá apenas no Brasil, e sim nas sociedades contemporâneas como um todo. Tal debate sobre a esfera pública não é considerado obviamente circunscrito à sociedade brasileira. Essa distinção entre o público e o privado deve ser remontada aos significados dados a estas duas esferas pelas sociedades Greco antiga.

No caso dessa observação em sociedades contemporâneas a distinção torna-se muito mais opaca e é o resultado de transformações que ocorreram com a emergência e consolidação da era burguesa, tanto na vida pública como na vida privada. Destarte, a autora ainda afirma que, nesse sentido, a questão do que é público e do que é privado evoca, essencialmente, a natureza de uma relação, analisando que um determinado fenômeno só pode ser entendido em relação ao outro (JOVCHELOVITCH, 2002, p. 30).

Muitas dessas questões que ainda hoje estão prementes na América Latina têm sua origem no período colonial. Tal ênfase no dogma e na hierarquia que caracterizavam a cultura do catolicismo ibérico ainda são visíveis hoje. Deste modo, observaremos no item a seguir um pouco sobre a conjectura do espaço público e sua situação atual na cidade contemporânea.

O ESPAÇO PÚBLICO ATUAL E SUA PRODUÇÃO NO ESPAÇO DA CIDADE

Sobarzo (2006) alerta que o espaço público atual é “herdeiro da Modernidade” e concorda com Caldeira (2000) quando a autora ressalta que esse espaço carrega os traços do

ideal moderno da vida pública urbana como: “ruas abertas, circulação livre, encontros impessoais e anônimos, presença dos diferentes grupos sociais, consumindo, observando-se, participando da política, divertindo-se etc” (SOBARZO, 2006, p. 94).

O acesso democrático ao espaço público sempre foi questão de debate; espaço este que pode ser uma rua, uma praça, um parque, um edifício; pode ter várias configurações e finalidades – lazer, esporte, debate político. O espaço público pode, portanto, ser pensado como plural e condensador do vínculo entre a sociedade, o território e a política.

Para entender a transformação do espaço público é importante entender a sua característica de “possibilitador de encontros impessoais e anônimos e de co-presença dos diferentes grupos sociais”, onde as pessoas possam compartilhar o mesmo território, sem, contudo, terem necessidade de se conhecer profundamente (SOBARZO, 2006, p. 94). Este autor assume a existência da diferença no espaço público, porém não idealiza a existência de uma relação profunda no convívio da diversidade, mas acredita no convívio civilizado, sob normas impessoais.

Atualmente, existe uma discussão latente acerca dos espaços públicos, suas formas, seus usos, as relações neles estabelecidas, que acusam o crescente abandono destes, por parcelas da sociedade. Essa tendência gera seu esvaziamento e se associa à falta de atenção, cada vez maior, por parte do Poder Público, à privatização de parte deles, a falta de qualidade ambiental, à ocorrência de atos violentos nestes locais, à sensação de insegurança que este remete à população, enfim, trata-se da mudança de seus papéis e de seus conteúdos para a sociedade.

Lipai (2006) argumenta que, nos dias de hoje, o espaço público, principalmente nas metrópoles, tem assumido características de espaço de passagem e raramente de convivência e lazer para os habitantes da cidade. Isso pode ser relacionado com as novas temporalidades e espacialidades presentes e vividas nessas cidades.

Para Dias (2005), a crise do espaço público é maior em países cujas preocupações centrais têm sido o atendimento das necessidades básicas de sua população, relacionadas à implantação de infraestrutura e de equipamentos urbanos, para atender as demandas geradas pelos problemas sociais e econômicos. Nesses países, a atenção não tem sido então, propriamente dirigida à criação de novos espaços públicos.

Lipai (2006) ressalta, entretanto, que há a retomada da valorização do espaço público voltado ao encontro de pessoas e culturas diversas nas cidades européias, por meio de grandes obras de urbanização e arquitetura, para se inserirem no conceito de cidade espetáculo. Daí a recuperação, nestas cidades, de suas identidades históricas e a criação de novos ícones arquitetônicos bem como de grandes parques arborizados. São as chamadas obras de revitalização e gentrificação.

Santana (2005, s/p.) diz que o abandono dos espaços públicos ocorre em detrimento da utilização de espaços que ela denomina “pseudo-públicos (públicos por sua significação, mas privados por sua regulamentação)”. Na tentativa de recuperar a utilização dos espaços públicos, a autora afirma que é válido recorreremos às ações do turismo cultural, valorizando não apenas a paisagem natural, mas também a cultural dos parques e praças das cidades e dos seus centros

históricos, dinamizando novas formas de vivacidade e convívio urbano.

Não podemos considerar que a cidadania e a vivência social não estejam sendo exercidas nestes locais, mas é através destas ações que os espaços públicos se revelam na sua essência, na sua razão de existir e permanecer na malha urbana, sendo mais que simples espaços vazios na cidade, importantes na manutenção da qualidade de vida de seus habitantes, mais que locais de equilíbrio da massa construída, mais que uma variação na paisagem urbana, espera-se que estes sejam recantos de lazer, de prazer, de entretenimento, de manifestações culturais, de atração de investimentos e capital, e que com isto resgatemos antigos e saudáveis hábitos outrora exercidos nestes locais.

O ESPAÇO PÚBLICO DO PARQUE DO POVO EM PRESIDENTE PRUDENTE – SP: DA CRIAÇÃO AO SEU DESENVOLVIMENTO NO ESPAÇO DA CIDADE

O Parque do Povo localizado na cidade de Presidente Prudente – no estado de São Paulo nasceu do processo de urbanização e canalização do trecho inicial do Córrego do Veado. A Prefeitura Municipal apresentou à população, em 1976, o lançamento do Projeto denominado “Fundo de Vale” (O Imparcial, 13/08/1976: 1, apud VAZ, 1999), justificado pela necessidade da reurbanização do fundo de vale, o qual se apresentava como um entrave ao desenvolvimento da cidade. Segundo Silva (1994), a necessidade da melhoria do saneamento e do sistema viário – o qual, segundo a equipe de elaboração do Plano Diretor de Presidente Prudente, em 1968, não contribuía para a expansão territorial da

cidade. Em vista disso, “o projeto Parque do Povo colocava-se como uma 'exigência do progresso', sendo este o principal discurso que deu sustentação/respaldo à sua implantação” (SILVA, 1994, p. 35).

A área englobada pelo projeto contava com aproximadamente 460 mil m². O programa envolvia a canalização e retificação do trecho do Córrego do Veado compreendido entre as Avenidas Brasil e Manoel Goulart (sentido NW - SE); bem como a instalação de infraestrutura, equipamentos de lazer (piscinas olímpicas, quadras poli - esportivas, ciclódromo, pista de atletismo, de aerodelismo), serviços (lanchonetes e bares), implantação de duas vias de trânsito rápido e áreas verdes neste fundo de vale até então degradado - um bosque de cinco alqueires, com o plantio de mais de 60 mil

árvores (SILVA, 1994; VAZ, 1999).

Observe na figura 1 a Localização do Parque do Povo na cidade de Presidente Prudente - SP.

O processo de urbanização do Parque do Povo foi bastante polêmico, já que se tratava de uma área ocupada por um grande número de famílias, que demonstraram bastante resistência, e de um investimento que envolvia muito dinheiro, dada à necessidade de desapropriações e consequente contração de empréstimos pela municipalidade. As obras iniciaram-se em 31 de outubro de 1976, sem, contudo a área ter sido totalmente desocupada e os processos judiciais correntes na época serem resolvidos. Depoimentos do próprio candidato da época à Prefeitura Municipal demonstram que o projeto efetivou-se de forma coercitiva, não respeitando as opiniões

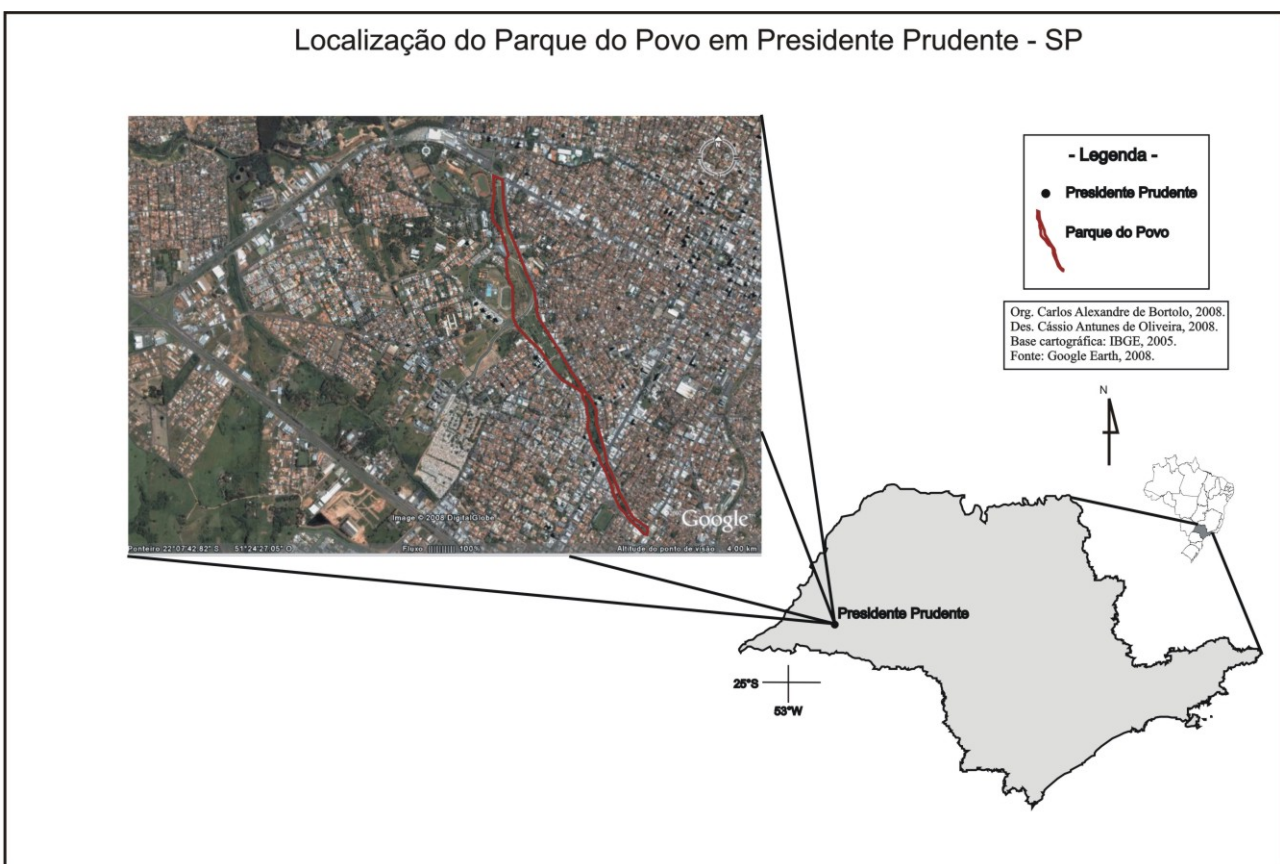


Figura 1 - Presidente Prudente - SP. Localização do Parque do Povo
Fonte: Google Earth, 2008.
Organização: (BORTOLO, 2008).

de grande parcela da população residente na área (SILVA, 1994).

Contudo, segundo Silva (1994), os proprietários de grandes parcelas de terra e aqueles que tinham boas relações ou influência política não foram prejudicados, uma vez que não foram desapropriados em sua totalidade, apropriando-se, posteriormente, da valorização incorporada pelas benfeitorias advindas da obra realizada, considerando-se a não cobrança de taxas de contribuição de melhorias pela municipalidade.

A fonte de recursos para o início da implementação do projeto adveio do F.D.U. (Fundo de Desenvolvimento Urbano) e do D.N.O.S. (Departamento Nacional de Obras e Saneamento). A partir de 1977, recursos oriundos do Programa CURA (Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada) passaram a financiar o projeto.

Assim, a implantação do Parque do Povo estava inserida no contexto dos demais projetos financiados pelo Programa CURA, a saber a canalização dos Córregos do Boscoli, onde foi construído o PUM (Parque de Uso Múltiplo) e do Córrego do Bacarim, que possibilitou a ampliação do Tênis Clube da cidade, situado na Avenida Washington Luís, além da melhoria do saneamento dessas áreas.

Devido aos altos custos da obra, logo após sua inauguração, em 18 de junho de 1982, o Parque do Povo foi abandonado. Em 1984, iniciou-se a implantação do Prudenshopping, situado entre as Avenidas Manoel Goulart e Washington Luís (VAZ, 1999).

Em 1983, o Parque do Povo foi abandonado pela administração municipal em virtude de constituir-se em uma obra onerosa para a municipalidade e de não ter equacionado adequadamente o

problema das inundações nessa área, além disso, ocorreria a queda das placas de proteção das margens do córrego e segundo a Secretaria de Planejamento da Prefeitura os Projetos CURA endividaram a prefeitura até o ano de 2019 (VAZ, 1999, p. 18-19).

Silva (1994) ressalta que não pretendeu negar a importância da reurbanização, a melhoria do sistema viário e a disponibilidade de área de lazer, mas questionava como o processo foi conduzido. Seu objetivo principal era compreender a lógica dos mecanismos que moviam o processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano na cidade de Presidente Prudente que, no caso do Parque do Povo, gerou a reprodução de renda e dos interesses dos segmentos sociais do qual o Poder Público local é representante ou que estão ligados a ele. O estudo demonstra que por trás dessa urbanização havia interesses políticos e econômicos (daí o lançamento do projeto dentro do contexto de eleições municipais de 1976).

Segundo Vaz (1999), a Prefeitura Municipal de Presidente Prudente voltou a se preocupar com o Parque do Povo, apenas em 1995, com a colaboração da PRUDENCO (Companhia Prudentina de Desenvolvimento) e da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos. A partir de então, iniciou-se a substituição da canalização do tipo trapezoidal do Córrego do Veado, em seu trecho correspondente ao Parque do Povo – com aproximadamente 1870 metros de extensão – pela canalização fechada constituída por tubos armícos corrugados. As obras foram executadas em etapas e tiveram custo estimado em cinco milhões de reais. A figura 2 mostra a canalização aberta, antes da substituição pela canalização fechada.



Figura 2 - Córrego do Veado, sem matéria orgânica e pouco poluído. Novembro/1991 e o desmoronamento das placas de arrimo ocasionado pela força da água do córrego, mostrando a inadequação das medidas tomadas. Novembro/1993.

Fonte: Amorin, (1993).

No período de execução destas obras ocorreu um quadro de precipitações extremas na cidade (janeiro/1994, fevereiro e outubro/1996 e março/1998), que, somado ao subdimensionamento das novas galerias e fatores de urbanização – como o aumento da impermeabilização e a grande declividade das áreas adjacentes ao parque – culminou no desmoronamento de parte da Avenida Tancredo Neves.

Em vista disso, em 1997, as obras foram suspensas e um estudo hidrológico foi encomendado ao CTH – USP (Centro Tecnológico Hidráulico da Universidade de São Paulo). Após a avaliação da vazão das águas pluviais e das canalizações, foi elaborado um laudo propondo quatro alternativas para solucionar a questão da drenagem no Parque do Povo (VAZ, 1999). Durante a elaboração deste trabalho, tal laudo foi solicitado à Secretaria Municipal de Planejamento, entretanto, não foi obtida resposta.

O projeto original³ do parque encontra-se, atualmente, arquivado no Museu Municipal de Presidente Prudente – Museu e Arquivo Histórico Prefeito Antônio Sandoval Neto⁴ – gerido pela Secretaria Municipal de

Cultura. Tal projeto foi elaborado pelo escritório do casal de arquitetos Vera Catunda Serra e Geraldo Serra.

Segundo entrevista realizada com os arquitetos, o objetivo principal da Prefeitura Municipal era a ocupação do fundo de vale que se caracterizava como uma grande área baldia em meio à cidade, cujo terreno frágil apresentava voçorocas. Diante do solicitado, foram elaborados projetos de canalização do córrego, de drenagem urbana, e de paisagismo. Quanto ao sistema viário margeante, eles esclareceram que não houve propriamente um projeto de reestruturação viária, apenas de pavimentação, drenagem e algumas adequações geométricas; a grande extensão do parque inviabilizou a interrupção das vias transversais ao parque, ou seja, que este fosse contínuo, sem interrupções viárias.

Quanto ao estilo projetual, os arquitetos explicaram que apenas seguiram a lógica da topografia, o programa solicitado e as condições locais, uma vez que são contra estilos formais rígidos. Acrescentaram ainda que, a localização dos equipamentos foi determinada basicamente pela topografia – buscaram-se as áreas com menores declividades e com relevo menos acidentado.

Logo, o formato linear do parque - de fundo de vale - não foi em si, uma opção projetual, mas uma imposição das condicionantes naturais; o parque seguiu o curso d'água e foi instalado em sua maioria, nas áreas que, na época, não eram urbanizadas e/ou ocupadas.

Apesar do alto custo da obra, não houve a implantação de todos os equipamentos previstos no projeto original. Dos seis conjuntos de parques infantis previstos, apenas três foram construídos, das vinte e seis quadras poli-esportivas (nove de bola ao cesto, quatro de voleibol e treze de futebol de salão), observamos apenas duas; dos três campos de futebol, existem dois; dos cinco conjuntos de lanchonetes com sanitários públicos, observamos apenas dois. Além de ter havido significativa redução no número de equipamentos, alguns sequer foram implantados, como: o kartódromo (com dimensões oficiais), as quatro quadras de tênis, as quatro canchas de bocha e malha (SILVA, 1994).

Segundo anexo apresentado por Silva (1994), o projeto original continha:

Recreação e lazer: área total - 452 540 00 m².

Sistema viário: área total com pavimentação - 52 650 00 m².

Equipamentos para recreação, lazer e prática esportiva: 05 conjuntos de lanchonetes com sanitários, 06 conjuntos de parques infantis, 09 quadras basquetebol, 04 quadras de voleibol, 13 quadras de futebol de salão, 04 quadras de tênis, 03 campos de futebol, 01 conjunto de piscinas (olímpica, recreativa, infantil e de saltos ornamentais), 04 canchas de bocha e malha, e 01 pista de atletismo; além de Centro Social Esportivo com vestiários, restaurantes e administração; Kartódromo; Bosques e jardins; Estacionamentos; Reforma do Estádio Municipal.

Saneamento: retificação do Córrego do Veado; interceptores de esgotos sanitários.

Dentre o material disponível no acervo do Museu Municipal, tivemos o contato com o anteprojeto e os projetos: hidráulico-sanitário, de terraplanagem, de vias marginais e dois projetos de paisagismo - estes apresentam algumas diferenças entre si quanto à locação dos equipamentos e ao número de setores. A figura 3 apresenta o Anteprojeto de Urbanização.

Acerca da observação dos projetos, revelamos que: nos setores 01 e 02 o projeto era predominantemente paisagístico, com a delimitação de um único quiosque próximo à



Figura 3 - Anteprojeto de Urbanização do Fundo de Vale do Córrego do Veado.

Fonte: Museu e Arquivo Histórico Prefeito Antônio Sandoval Neto, Presidente Prudente - SP.

Rua Donato Armelin; no setor 03, além do paisagismo, foram projetadas quadras poliesportivas, um campo de futebol gramado, *playground*, um quiosque e vestiários; no setor 04, enquanto um dos projetos destina quase a totalidade de sua área para atividades diversas e itinerantes, como, por exemplo, circos, o outro apresenta uma pista de kartódromo, bolsão de estacionamento e um quiosque.

Quanto ao setor 05, foram verificadas diferenças quanto à locação e à quantidade dos equipamentos. Entretanto, todos os projetos prevêm quadras poliesportivas,

estacionamento, quiosques, piscinas, campo de futebol gramado, canchas de bocha, administração. No setor 06, os projetos mantêm as edificações existentes e também prevêm apenas paisagismo. O projeto paisagístico como um todo mostra atenção específica às espécies e porte da vegetação. Também delimita uma faixa constante de vegetação ao longo das margens do córrego nos setores onde foi prevista canalização aberta.

Observe na figura 4 os setores do Parque do Povo.

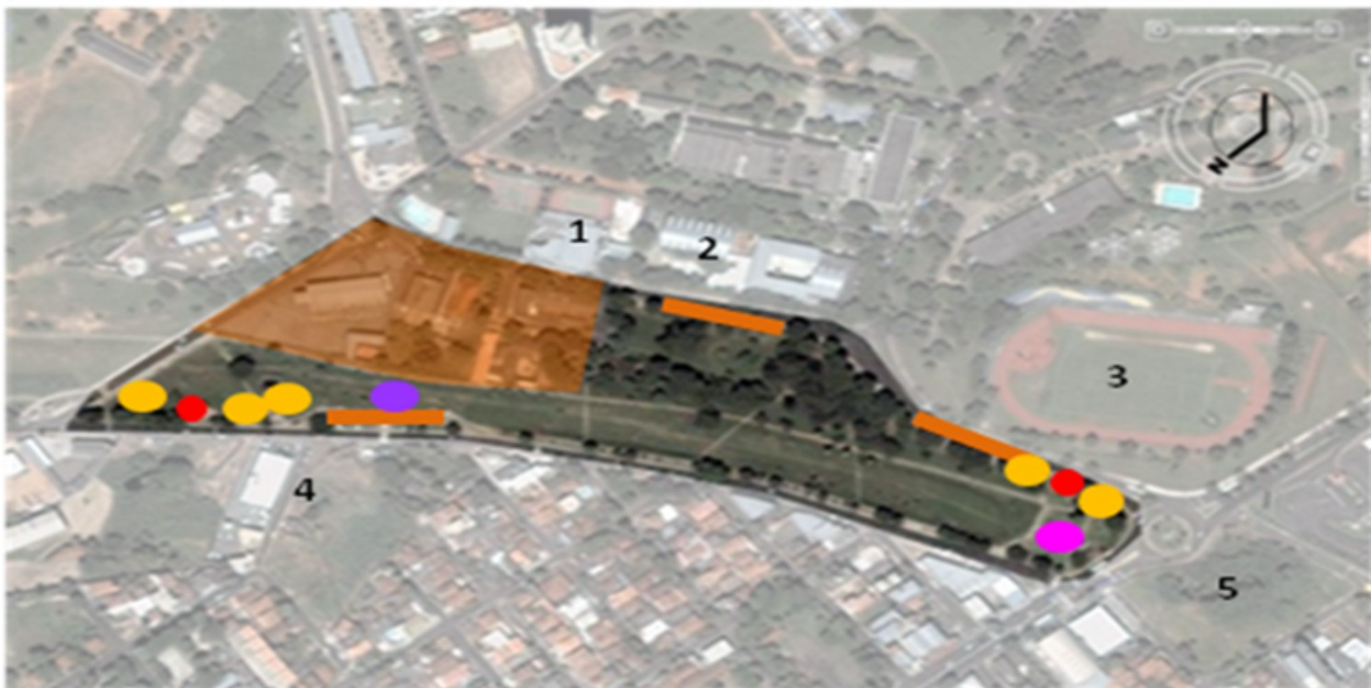


Figura 4 - Os setores do Parque do Povo em Presidente Prudente – SP.
Org: Bortolo, 2011.

Outras diferenças foram percebidas quanto ao traçado de algumas vias, rotatórias e cruzamentos: suas formas geométricas não são as mesmas. Algumas plantas mostram o parque com apenas seis setores, enquanto outras mostram o parque com sete setores – resultantes da subdivisão do primeiro setor. Em contrapartida, em todos os projetos, foi determinada canalização do Córrego do Veado

fechada nos setores 01 e 02 e aberta nos demais setores.

Com isso, observamos que a implantação de tal espaço público na cidade ocorreu a partir da junção de interesses do poder público local e a ajuda de alguns proprietários que detinham maiores porções de terra nestas áreas, conjecturando que ao final de execução de tal projeto as áreas próximas estariam

beneficiadas com o investimento e a melhoria a partir da implantação de infraestrutura no espaço em questão. Não obstante, compreendendo que o espaço público do Parque do Povo fora implantado e produzido a partir de um jogo de interesses entre os diferentes agentes produtores do espaço urbano contemporâneo.

À GUIZA DE CONCLUSÃO

No que tange a produção do espaço público urbano, devemos refletir após a apresentação de algumas ideias e elementos acerca desse tema, o quão é valioso discutir a problemática da transformação e a dinâmica apresentada no processo de produção do espaço urbano nas cidades brasileiras no presente momento.

Podemos encontrar em Serpa (2007), interessantes sugestões para a compreensão do papel dos espaços públicos e seus equipamentos disponíveis nos espaços da cidade capitalista contemporânea. O autor, apresenta-nos a distinção em três práticas que informam a pertinência ou a incompreensão dessas formas e dos papéis destes equipamentos que são instalados na cidade e sobre a disposição em que os usuários os recebem:

- 1) práticas em perfeita concordância com as diretrizes impostas pelos projetistas. São as caminhadas, o *Cooper* diário, a apropriação dos bancos confortáveis, das brincadeiras e jogos das crianças nas áreas de lazer infantil.
- 2) em alguns casos, as práticas não levam em conta as intenções originais do projeto. Ocorrem conflitos entre os usuários; por exemplo: animais domésticos nos parques,

os sem-teto, colheita “proibida” de flores e frutos, “banhos” proibidos em jatos d’água ou fontes.

- 3) práticas de transgressões – ainda mais graves – aos códigos de conduta supostamente conhecidos de todos.

No que se refere às considerações até aqui discutidas neste estudo, podemos observar o importante papel desempenhado acerca da elaboração, construção, implantação e manutenção destas áreas no espaço urbano. No caso do Parque do Povo na cidade de Presidente Prudente – SP, tal espaço foi construído, o mesmo ganha relevância no cenário urbano desta cidade a partir da (re) produção das relações sociais entre os diferentes agentes produtores do espaço. Após sua construção, anos de abandono, tal área hoje é considerada de extrema importância na vivência, na questão do lazer e espaços de interação da sociedade prudentina.

Não poderíamos deixar de elucidar e refletir questões acerca da problemática no que concerne o termo “espaço público” estando diante de uma ampla literatura que se dirige à investigação de mudanças recentes a essa temática, persistindo ainda, nas dificuldades de uma melhor definição conceitual, inexistindo consensos substantivos das sociedades modernas, persistindo assim, no “público” e às suas tendências evolutivas ao longo prazo das análises. Para também conjecturar a situação e algumas peculiaridades sobre o espaço público e sua produção na cidade brasileira contemporânea.

Ao analisarmos este espaço público, observamos na afirmação de Serpa (2007) que no mundo contemporâneo, o Estado busca funcionar como uma gigantesca administração

caseira, ou seja, planejam as obras executam a seu “bel” prazer com a ajuda de amigos, parceiros, etc. O “lar coletivo” que o autor apresenta vai ganhando significado e sentido através da concepção de coletividades políticas. O domínio público destes espaços que são criados deixam de ter uma conotação política que *a priori* de sua construção detinha tal significação, para *a posteriori* assumir uma outra significação, sendo esta cada vez mais “social”, espaços de interação, de usos públicos, e até mesmo de dominação e valorização imobiliária. Começando a serem pensadas como áreas que se apresentem com possibilidades de interação social.

Algumas relações podem inviabilizar muitas vezes a produção, a implantação e a apropriação social de um espaço público no contexto da cidade contemporânea. O conceito criado por Lefebvre de apropriação e produção esclarece a propriedade, o limite, como item de não-apropriação, como restrição à apropriação concreta. Tal apropriação busca inserir a discussão do afetivo, o imaginário, o sonho, o corpo e o prazer, que nada mais é que o espaço vivido no cotidiano das cidades.

Destarte, para entendermos e analisarmos a produção de um espaço público, no caso aqui estudado o Parque do Povo em Presidente Prudente - SP e seu entorno devemos compreender as inúmeras formas de produção do espaço urbano da cidade capitalista contemporânea e assim, refletir acerca dos principais agentes que produzem e reproduzem estes espaços. Com isso, pensar no Parque do Povo é pensar em um espaço de interação, das possibilidades, etc.

Portanto, o espaço público analisado, é sim em função das necessidades da reprodução e acumulação capitalista,

produzido, alterado, mantido na intenção de alguns agentes perante a relação desigual e combinada da contraposição entre o público e privado. O espaço é ocupado, definido e redefinido de forma desigual a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja de produzir, consumir, habitar ou simplesmente viver as diferentes relações socioespaciais cotidianas que acontecem no espaço público produzido do Parque do Povo na cidade de Presidente Prudente – SP.

NOTAS

ⁱ A pesquisa recebeu apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

ⁱⁱ Geógrafo; Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

E-mail: bortologeo@yahoo.com.br

¹ Tal artigo apresenta os resultados do desenvolvimento da Monografia de Bacharelado em Geografia concluída pelo autor na Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT- UNESP Campus de Presidente Prudente – SP no presente ano, intitulado de “O Parque do Povo em Presidente Prudente-SP: Usos e Apropriações de um Espaço público” orientada pelo Prof Dr. Arthur Magon Whitacker.

² HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

³ Entende-se por projeto original o conjunto de pranchas de projetos tais como: anteprojetos de urbanização do fundo de vale; projetos de

paisagismo; projeto hidráulico-sanitário; projeto de terraplanagem; cadastro das vias marginais e projeto de modificações.

⁴ Este Museu se localiza numa edificação que foi construída em 1929 por uma família imigrante do nordeste para comportar um matadouro, o qual após ter suas atividades cessadas, ficou ocioso, até ser “descoberto” pela Comissão de Instalação e Organização do Museu Municipal em 1974, sendo iniciada a negociação de sua doação para sede da entidade. Atualmente, a área total do Museu é de 5.176m², dos quais 380,315m² são área construída, havendo três edificações: a edificação central e que comportava o matadouro e dois anexos construídos posteriormente. A edificação central foi tombada pelo Executivo Municipal.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Margarete Cristiane da Costa Trindade. *Análise ambiental e qualidade de vida na cidade de Presidente Prudente/SP*. Dissertação de mestrado. Presidente Prudente: UNESP – FCT, 1993.

_____. *Estudo das áreas verdes de Presidente Prudente/SP*. Relatório de Pesquisa em cumprimento ao regime de dedicação integral a docência e a pesquisa. Presidente Prudente, 1995. 60p.

_____. *O clima urbano de Presidente Prudente/SP*. Tese de doutorado. São Paulo: USP/FFLCH, 2000.

GURZA LAVALLE, Adrián. As dimensões constitutivas do espaço público: Uma abordagem pré-teórica para lidar com a teoria. In: *Espaço & Debates*, v.25, p.33 - 44, 2005.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MACEDO, Silvio Soares e SAKATA, Francine

Gramacho. *Parques urbanos no Brasil*. São Paulo: EDUSP / Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Ed. 2, 2003.

_____. O paisagismo moderno brasileiro: além de Burtle Marx. In: *Paisagens em debate* – revista eletrônica da área de paisagem e ambiente, FAU – USP, 2003.

PRESIDENTE PRUDENTE. *Lei complementar nº 128/2003: dispõe sobre o zoneamento de uso e ocupação do solo da área urbana do distrito sede do município de Presidente Prudente e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/LeisDecreto/2003/Leis/128lc.htm>. Acesso em: 15/02/2011.

PRESIDENTE PRUDENTE. *Lei complementar nº 127/2003: dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/LeisDecreto/2003/Leis/127lc.htm>. Acesso em: 15/02/2011.

PRESIDENTE PRUDENTE. *Lei complementar nº 114/2001: institui normas para edificações do município e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/LeisDecreto/2001/Leis/114lc.htm>. Acesso em: 15/02/2011.

PRESIDENTE PRUDENTE. *Prudente virtual: cd-room interativo de Presidente Prudente – SP*. 2000.

PRESIDENTE PRUDENTE. *Lei complementar nº 030/1996: orienta e disciplina o sistema viário básico do município e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/LeisDecreto/1996/Leis/30lc.pdf>. Acesso em: 15/02/2011.

PRESIDENTE PRUDENTE. *Lei complementar nº 29/1996: institui o plano diretor do município de Presidente Prudente*. Disponível em: <http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/LeisDecreto/1996/Leis/29lc.pdf>; <http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/LeisDecreto/1996/Leis/Anexos/29lc/01->

[c o n t i n u a c a o . p d f ;
http://www.presidentepudente.sp.gov.br/
LeisDecretos/1996/Leis/Anexos/291c/02-
continuacao.pdf](http://www.presidentepudente.sp.gov.br/LeisDecretos/1996/Leis/Anexos/291c/02-continuacao.pdf). Acesso em: 15/02/2011.

SANTANA, Trícia Caroline da Silva. *Abandono dos espaços públicos e interiorização da vida pública na cidade turística de Natal-RN*. 2005. In: <http://www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc127/mc127.asp>. Acesso em: 14/01/2007.

SANTOS, Emmanuel Antônio dos. Planejamento e paisagem. In: *Paisagens em debate* – revista eletrônica da área paisagem e ambiente, FAU – USP, 2004.

SERPA, Angelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, M. J. M da. *O Parque do Povo em Presidente Prudente: a lógica da intervenção do poder público na (re) estruturação do espaço urbano*. Presidente Prudente, 1994. 134p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista.

SOBARZO, Oscar. *Os espaços da sociabilidade segmentada: a produção do espaço público em Presidente Prudente*. Tese de doutorado. Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2005.

SPOSITO, Eliseu Savério. *Produção e apropriação da renda fundiária urbana em Presidente Prudente*. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1990.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *O chão em Presidente Prudente/SP*. Rio Claro: UNESP, 1983.

_____. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: [s.n.], 2001.

VAZ, Ridalto. *As precipitações extremas e inundações em áreas de fundos de vale em Presidente Prudente: um estudo sobre o Parque do Povo e Prudenshopping*. Monografia de bacharelado. Presidente Prudente: FCT/Unesp, 1999.

SITES

[http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/
planejamento/plano_diretor/titulo3/0002/
0004](http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/planejamento/plano_diretor/titulo3/0002/0004). Acesso em: 15/02/2011

[http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/
planejamento/plano_diretor/titulo3/0002/
0004](http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/planejamento/plano_diretor/titulo3/0002/0004). Acesso em: 02/05/2011